



TRIBUNAL DE JUSTIÇA
PODER JUDICIÁRIO
São Paulo

Registro: 2016.0000202689

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos de Apelação nº 0003332-67.2012.8.26.0288, da Comarca de Ituverava, em que é apelante PREFEITURA MUNICIPAL DE ITUVERAVA, é apelado MARCELO DE OLIVEIRA SILVA (JUSTIÇA GRATUITA).

ACORDAM, em 28ª Câmara de Direito Privado do Tribunal de Justiça de São Paulo, proferir a seguinte decisão: "Negaram provimento ao recurso. V. U.", de conformidade com o voto do Relator, que integra este acórdão.

O julgamento teve a participação dos Exmos. Desembargadores DIMAS RUBENS FONSECA (Presidente sem voto), BERENICE MARCONDES CESAR E CESAR LACERDA.

São Paulo, 29 de março de 2016

MARIO CHIUHITE JUNIOR

RELATOR

Assinatura Eletrônica



TRIBUNAL DE JUSTIÇA
PODER JUDICIÁRIO
São Paulo

APELAÇÃO COM REVISÃO Nº 0003332-67.2012.8.26.0288

APELANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE ITUVERAVA

APELADO: MARCELO DE OLIVEIRA SILVA (JUSTIÇA GRATUITA)

COMARCA: ITUVERAVA

VOTO Nº 3551

APELAÇÃO – ACIDENTE DE TRÂNSITO - INDENIZAÇÃO - DANOS MORAIS - Suficientemente demonstrada a culpa da requerida, em face de sua negligência na conservação das vias urbanas - Dano moral decorrente da ofensa à integridade física - Indenização fixada em R\$ 5.000,00 – Redução – Impossibilidade - Quantum suficiente para indenizar o autor sem causar enriquecimento ilícito – Observância dos princípios da razoabilidade e proporcionalidade – Culpa concorrente – Inocorrência - Recurso desprovido.

Vistos.

Trata-se de Apelação interposta contra sentença de fls. 99/111, cujo relatório ora se adota, proferida pelo MM. Juiz da 1ª Vara Judicial da Comarca de Ituverava, em ação de indenização em acidente de trânsito, proposta pelo apelado contra a apelante, a qual julgou o respectivo pedido parcialmente procedente para condenar a requerida ao pagamento de R\$ 5.000,00 a título de dano moral.

Apela, pois, a requerida, a fls. 117/126, pugnando pela reforma da r. sentença, sustentado, em síntese, que em se tratando de falha do serviço, na qual ocorre a culpa anônima, não individualizada não é aplicável a responsabilidade objetiva da Administração, e assim apenas será responsável o Estado se comprovada a falha e o desleixo no serviço público. Aduz que nesta hipótese deve ser comprovada a omissão culposa por imprudência, imperícia ou negligência da Administração, alternativamente pugna pela redução do quantum arbitrado e o reconhecimento da culpa concorrente.

Recurso tempestivo, isento de preparo e recebido no duplo efeito legal (fls. 128).

Contrarrrazões a fls. 131/133.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA
PODER JUDICIÁRIO
São Paulo

É o breve relatório do necessário.

O recurso não comporta provimento.

Trata-se de ação de indenização em acidente de trânsito, no qual o autor trafegava em uma motocicleta ao virar em uma esquina tentou desviar de um buraco acabou por cair em outro ocasionando sua queda fraturou a clavícula com incapacidade para as ocupações habituais por mais de trinta dias (fls. 18/19).

De início, mostram-se impertinentes as razões recursais no que tange à aplicação da responsabilidade objetiva, tendo em vista que a r. sentença condenou a requerida com fundamento em sua culpa conforme se denota dos seguintes trechos da r. sentença recorrida:

“Pelo exposto, o caso vertente subsume-se às hipóteses de responsabilidade subjetiva do Estado, pois decorreu de um ato omissivo do ente municipal, que não procedeu à devida manutenção da via pública.

(...)

Por fim a culpa do requerido restou evidenciada, pois foi negligente na manutenção da via pública, não procedendo aos reparos necessários.”
(fls. 105/108)

Produzida prova oral, a testemunha Fábio afirmou que o autor após virar na esquina deparou-se com muitos buracos, escorregou e caiu, que havia muita pedra e muita sujeira na rua, que os buracos eram visíveis, mas difícil para quem contornava a esquina e não transitava em alta velocidade. Na mesma senda, a testemunha Jorge disse que chegou instante depois do acidente e que virando a esquina já se encontravam os buracos. (mídia de fl. 89)



TRIBUNAL DE JUSTIÇA
PODER JUDICIÁRIO
São Paulo

Dessarte, nos autos restou suficientemente demonstrada a culpa da requerida, em face de sua negligência na conservação das vias urbanas, tendo em vista que os buracos, areia e pedras demonstradas nas fotos de fls. 26/29, não surgiram do dia para a noite, sendo certo que a apelante tem o dever de conservar as vias públicas, de molde a propiciar o tráfego seguro de veículos, incumbindo-lhes, caso surjam defeitos, proceder a imediata sinalização e a urgente reparação, a fim de evitar acidentes que possam acarretar prejuízos aos cidadãos.

Neste sentido os seguintes julgados de casos semelhantes:

*RESPONSABILIDADE CIVIL DO ESTADO
INDENIZATÓRIA - ACIDENTE DE TRÂNSITO - Motociclista ferida em decorrência de acidente em via pública Perda do controle da moto em decorrência de buraco na via Caso em que a Municipalidade era a responsável pela conservação da via e pelos acidentes que a falha do serviço viesse a ocasionar Dano material devido Dano moral caracterizado Verba devida Critérios da razoabilidade e proporcionalidade observados Sentença mantida Recurso desprovido.* (Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo; Apelação nº 0007959-58.2009.8.26.0082; Relator(a): Claudio Hamilton; Órgão julgador: 27ª Câmara de Direito Privado; Data do julgamento: 30/09/2014)

Responsabilidade civil Queda em buraco de vicinal Perda do controle da moto Danos materiais comprovados Caso em que a Municipalidade era a responsável pela conservação da via e pelos acidentes que a falha no serviço viesse a ocasionar Condenação a que não se pode furta Recurso improvido. (Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo; Apelação nº 0014527-67.2009.8.26.0510; Relator(a): José Luiz Gavião de Almeida; Órgão julgador: 3ª Câmara de Direito Público; Data do julgamento: 27/08/2013)

Assim sendo, a culpa está caracterizada na modalidade negligência e o presumido dano moral decorre da ofensa à integridade física, em razão da dor, dos ferimentos sofridos (fratura da clavícula), bem como da incapacidade



TRIBUNAL DE JUSTIÇA
PODER JUDICIÁRIO
São Paulo

por mais de trinta dias.

Portanto, caracterizado está o dano moral passível de indenização.

Ocorrido o dano moral, a indenização deve levar em consideração a sua intensidade e deve ser fixada com base em critérios legais e doutrinários, cujos limites vêm sendo adotados pela jurisprudência dominante, a fim de evitar abusos e eventual enriquecimento ilícito.

No caso em exame, a quantia fixada pela r. sentença em R\$ 5.000,00, revela-se, suficiente para indenizar o autor e, ao mesmo tempo, coibir a requerida de atitudes semelhantes, observados os parâmetros da razoabilidade e proporcionalidade.

Assim sendo, não comporta redução, pois perderia o caráter reparador e preventivo.

Por fim, não se vislumbra dos elementos insertos nos autos, culpa concorrente da parte autora, tendo em vista que as provas acostadas indicam que o autor não pôde visualizar os buracos porque vinha de outra via e realizou conversão na esquina, de modo que não tinha possibilidade de evitar o acidente, bem como a testemunha Fábio afirmou que não estava em alta velocidade.

Ante o ora exposto, nega-se provimento ao recurso.

MÁRIO CHIUVITE
RELATOR
Assinatura Eletrônica